



NUCLEO SOCIAL

FLS. 05RUB. 0

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, CULTURA E ESPORTO

PARECER Nº **0001/2021**O. S. Nº **0001/2021**EMENTA Referente ao **Projeto de Lei (PL) nº 2/2021**, que “Institui a criação do Programa de Bandas e Fanfarras no contraturno da rede de ensino estadual em Mato Grosso e dá outras providências”.AUTOR: Deputado **EDUARDO BOTELHO**.RELATOR (A): DEPUTADO (A) Eduardo Botelho**I – RELATÓRIO:**

A presente iniciativa foi recebida e registrada pela Secretaria de Serviços Legislativos, por meio do Processo nº 6/2021, Protocolo nº 48/2021, lido na 89ª Sessão Ordinária (05/01/2021), sendo colocada em pauta em 05/01/2021, tendo seu devido cumprimento de pauta no dia 10/02/2021, a propositura esteve em pauta sem receber emendas ou substitutivos.

Submete-se a esta Comissão o **Projeto de Lei (PL) n.º 2/2021**, de autoria do Deputado **EDUARDO BOTELHO**, que “Institui a criação do Programa de Bandas e Fanfarras no contraturno da rede de ensino estadual em Mato Grosso e dá outras providências”, conforme descrito abaixo:

Art. 1º Fica instituído e criado o Programa de Bandas e Fanfarras na rede de ensino estadual em Mato Grosso.

Art. 2º O Programa de Bandas e Fanfarras na rede de ensino estadual será desenvolvido nas competências da Secretaria de Educação em parceria com a Secretaria de Cultura, utilizando a música através de sua interdisciplinaridade como apoio pedagógico.

Art. 3º São diretrizes do Programa de Bandas e Fanfarras:

I – Promover a integração social através das atividades em grupos;

II – Desenvolver aptidões e vocações musicais;



NUCLEO SOCIAL

FLS. 06RUB. 02

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, CULTURA E DESPORTO

III – Promover a cultura através do resgate das tradições musicais, manifestando através de apresentações e desfiles;

IV – Contribuir na formação de personalidade e na formação do cidadão;

V – Diminuir o tempo ocioso dos alunos com uma atividade sadia e por consequência baixar a vulnerabilidade social existente nas comunidades.

Art. 4º Compete a Secretaria de Educação em parceria com a Secretaria de Cultura disponibilizar os recursos materiais e humanos para a execução deste Programa, entre elas:

I – Distribuição dos instrumentos musicais para cada unidade escolar;

II – Distribuição dos uniformes para cada unidade escolar;

III – Realizar a manutenção do material quando necessário;

IV – Contratar os instrutores para cada Banda e Fanfarra.

Art. 5º As despesas decorrentes da aplicação desta legislação, serão definidas pelo Poder Executivo.

Art. 6º Esta Lei deve ser regulamentada nos termos do Art. 38-A da Constituição Estadual.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Os autos foram tramitados pela Secretaria de Serviços Parlamentar, com a **FICHA TÉCNICA**, expedida em 13/01/2021, caráter informativo, citando a inexistência de Projeto em tramitação e/ou normas jurídicas que tratam de matéria idêntica ou semelhante, conforme fls. 04/verso.

Em 10/02/2021, os autos foram enviados ao Núcleo Social, conforme artigo 360, inciso III, alínea “a” do Regimento



COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, CULTURA E DESPORTO

Interno, para a Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia, Cultura e Desporto, recebido em 10/02/2021, para análise e a emissão de parecer quanto ao mérito da iniciativa.

Em apertada síntese, é o relatório.

II – PARECER:

Cabe a esta Comissão, dar parecer quanto ao mérito a todos as proposições e assuntos concernentes à educação e instrução, pública ou particular, e a tudo que disser respeito ao desenvolvimento educacional, artístico e desportivo, contidos no Artigo 369, inciso III, alínea “a” do Regimento Interno desta Casa.

No que diz respeito à tramitação e abordagem do tema, o Regimento Interno prevê dois casos: no primeiro, verifica-se a existência de lei que trate especificamente do tema abordado, se confirmada o projeto será arquivado. No segundo, a existência de projetos semelhantes tramitando, se houver, a propositura deverá ser apensada.

No tocante a análise acima, a proposição deve ser avaliada sob três enfoques: oportunidade, conveniência e relevância social.

Oportuno é o ato administrativo que compõe os pressupostos de fato e de direito. O pressuposto de direito é uma disposição legal que a estrutura disponibiliza e o pressuposto de fato são os acontecimentos que levam a administração à prática.

Um ato é conveniente, quando seu conteúdo jurídico produz resultado que atenda a finalidade pretendida que é a satisfação ao interesse público e relevância social.

O interesse público refere-se ao “bem geral”, segue um conceito central para política, a democracia e a natureza do próprio governo; já a relevância social é justamente a verificação da importância da proposta para a vida da população.



COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, CULTURA E DESPORTO

A intenção do autor através do **Projeto de Lei (PL) nº 2/2021** que “Institui a criação do Programa de Bandas e Fanfarras no contraturno da rede de ensino estadual em Mato Grosso e dá outras providências”, tem como principais ações para minimizar o índice de indisciplina, evasão e aprovação escolar, bem como trazer à escola a própria comunidade tão presente nas atividades.

Nas folhas 02 e 03 do **Projeto de Lei (PL) nº 2/2021**, o nobre Parlamentar apresenta as seguintes justificativas:

O Programa Bandas e Fanfarras contempla ações para minimizar o índice de indisciplina, evasão e reprovação escolar, bem como trazer à escola a própria comunidade tão presente nas atividades.

Formar crianças e adolescentes, com a música, através de bandas e fanfarras como ferramenta de ensino e aprendizagem é resgatar e incluir essas pessoas na sociedade.

A Lei Federal nº 9.394/1996 que contempla nas unidades escolares projetos de contraturno, junto com a Lei Federal 11.769/2008 onde o ensino da música deve estar inserido nas escolas se tornando componente curricular.

Diante o exposto, sabendo que a presente medida é de grande importância e relevância à população de Mato Grosso, principalmente aos nossos estudantes, apresentamos a presente proposição e rogamos aos nobres pares pela sua aprovação.

O aspecto pedagógico das bandas e fanfarras escolares: o aprendizado musical e outros aprendizados*

(*) Pesquisa vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Doutorado em Educação – Linha de Pesquisa: Escola, Cultura e Disciplinas Escolares – orientação da Profa Dra Eurize Caldas Pessanha.

A música tem se configurado de inúmeras formas no espaço escolar. Se a educação musical ainda não é prática oficializada, os grupos vocais e instrumentais assumem papel importante no que se refere à socialização, à disciplina e à ampliação de experiências musicais. Desse modo, as bandas e fanfarras constituem elementos importantes na forma escolar e



NUCLEO SOCIAL
FLS. <u>07</u>
RUB. <u>0</u>

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, CULTURA E DESPORTO

podem ser analisadas como derivações do ensino de música na escola.

Para compreender esse processo, é fundamental considerar que o processo de escolarização resulta em um estabelecimento de um conjunto de normas e de relação com o conhecimento, que passa pela compreensão de uma forma especificamente escolar e de elementos que compõem uma cultura que, no âmbito da escola, assume traços também característicos.

Nessa direção, os estudos de Vincent, Lahire e Thin (1994) tornam-se importantes na medida em que propõem um delineamento das práticas escolares na perspectiva de que a escola produz formas de socialização que são projetadas, de certa forma, em outros espaços sociais. Os autores desenvolvem o conceito de forma escolar, que resulta em uma configuração histórica particular, surgida em determinada época, juntamente com outras transformações sociais. Essa forma é marcada por relações impessoais – aquele que ensina, aquele que aprende, aquele que administra, aquele que executa – e pela determinação de tempo e espaço específicos: um espaço fechado e “totalmente ordenado para a realização de cada um de seus deveres, num tempo tão cuidadosamente regrado, que não pode deixar nenhum lugar a um movimento imprevisto, cada um submete sua atividade aos ‘princípios’ ou ‘regras’ que a regem” (Vincent; Lahire; Thin, 1994, p. 5).

A forma escolar “marca”, de certa forma, o terreno interno e externo à escola. As atividades ligadas à música, por exemplo, podem contribuir para o reforço dos limites entre o “mundo da escola” e o “mundo fora da escola”. Enquanto a escola se ocupa com um repertório voltado para as tarefas, para as datas comemorativas e para eventos festivos, fora dela, se aprendem canções das mais diversas (Tourinho, 1993b).

Nessa perspectiva, é pertinente a análise de Tourinho (1993a), que classifica as atividades musicais escolares em três categorias: as de execução, as de descrição e as de criação.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, CULTURA E DESPORTO

A autora afirma que “[...] o ensino de música na escola, assim como toda atividade social, ‘serve’ a várias funções e pode ser diversamente interpretada” (Tourinho, 1993a, p. 92). Ao discorrer sobre as atividades de execução, a autora reconhece que esse tipo de atividade não é uma decisão desprovida de pressões sociais e condicionamentos institucionais.

A autora destaca a prática do canto na escola, apontando para o aspecto decisivo presente não apenas nesse tipo de prática, mas em todas as questões pedagógicas: “o que fazer”, “com quem”, e “como”. Esse aspecto nos remete novamente aos estudos de Vincent, Lahire e Thin (1994, p. 11):

A escola e a pedagogização das relações sociais de aprendizagem estão ligadas à constituição de saberes escritos formalizados, saberes objetivados, delimitados, codificados concernentes tanto ao que é ensinado quanto à maneira de ensinar, às práticas dos alunos tanto quanto às práticas dos mestres. A pedagogia (no sentido restrito da palavra) se articula a um modelo explícito, objetivado e fixo de saberes a transmitir.

Outro aspecto ressaltado por Tourinho (1993a) sobre as atividades de execução musical na escola, se refere à “imagem institucional”, que é reafirmada com a “demonstração de um produto”. Sendo assim, a “imagem escolar” é reforçada na obtenção da disciplina, na ocupação e na produtividade dos alunos, e isso não atende apenas às necessidades institucionais: “reforça também um sistema simbólico mais amplo e complexo que contribui para a sustentação de valores e normas sociais que a instituição se propõe a sustentar” (Tourinho, 1993a, p. 98).

Assim como a definição de forma escolar, a concepção de cultura escolar é iluminadora, na medida em que pressupõe que as práticas escolares adquirem sentido próprio no espaço escolar. Ao definir cultura escolar, Julia (2001) parte do princípio que a escola não se constitui apenas em um lugar de aprendizagem, mas de inculcação de comportamentos. Para o autor, a cultura escolar é definida por

[...] um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos: normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar



COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, CULTURA E DESPORTO

segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização). (Julia, 2001, p. 10, grifo do autor).¹

Por sua vez, Pérez Gómez (2001) reconhece a cultura escolar como resultado de um cruzamento de culturas – cultura crítica, cultura social, cultura acadêmica, cultura institucional e cultura experiencial. Enquanto a cultura crítica diz respeito às produções artísticas e literárias e ao saber ligado às disciplinas científicas, a cultura social é composta de valores, normas, idéias e comportamentos dominantes no contexto da sociedade. A cultura institucional é produzida pela própria escola. Nesse sentido, Pérez Gómez (2001, p. 131) a define como um “conjunto de significados e comportamentos que a escola gera como instituição escolar”, ou seja, as tradições, os costumes, as rotinas, os rituais que acabam por reforçar valores e crenças ligadas à vida social dos alunos. A cultura experiencial é elaborada de forma particular. Segundo o autor, a compreensão da cultura experiencial só é possível mediante a análise dos processos de construção de significados de cada indivíduo. E esses significados são responsáveis pela “formação da individualidade peculiar de cada sujeito, com seu diferente grau de autonomia, competência e eficácia para se situar e intervir no contexto vital” (Pérez Gómez, 2001, p. 218). Por fim, a cultura acadêmica, que se expressa no currículo – através dos conteúdos disciplinares ou do currículo fruto da elaboração compartilhada por alunos e professores.

Assim,

a análise do que realmente acontece na escola e dos efeitos que tem nos pensamentos, nos sentimentos e nas condutas dos estudantes requer descer aos intercâmbios subterrâneos de significados que se produzem nos momentos e nas situações mais diversas e inadvertidas da vida cotidiana da escola. As diferentes culturas que se entrecruzam no espaço escolar impregnam o sentido dos intercâmbios e o valor das transações em meio às quais se desenvolve a construção de significados de cada indivíduo (Pérez Gómez, 2001, p. 16-17).

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, CULTURA E DESPORTO

Portanto, considerar a forma e a cultura escolar significa compreender as relações estabelecidas pelos sujeitos na escola, tomando como fundamentais os processos de produção e adequação dos saberes, e as formas de socialização.

Diante dos pressupostos, algumas questões:

- Com que objetivos as bandas e fanfarras são formadas e quais são suas funções na escola?
- Considerando sua natureza musical e cultural, de que forma o ensino de música é desenvolvido nesses grupos? Que tipos de valores e comportamentos são incorporados por meio das práticas musicais?

Tomando essas questões como norteadoras, este texto descreve os resultados de uma pesquisa, em andamento, que tem como objetivo analisar as práticas e o aprendizado proporcionado pelas bandas e fanfarras escolares, considerando a relação que seus integrantes estabelecem com a música e com os demais integrantes.

Os procedimentos metodológicos consistiram em pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo. Os dados foram obtidos por meio de entrevistas com pessoas ligadas aos grupos musicais escolares em Campo Grande e questionários com alunos integrantes de bandas de três escolas da cidade: Escola Municipal Licurgo de Oliveira Bastos, Escola Estadual Amando de Oliveira e Colégio Salesiano Dom Bosco.2

A formação e manutenção das bandas e fanfarras escolares



COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, CULTURA E DESPORTO

A história das bandas de música remonta ao período do Brasil Colônia, com as bandas organizadas pelas irmandades religiosas e pelos senhores de engenho. Nas bandas das irmandades, os músicos tocavam em troca do aprendizado de leitura e escrita, e especificamente em busca do aprendizado musical. As bandas organizadas pelos senhores de engenho, conhecidas como bandas de fazenda, eram compostas por músicos-escravos que tocavam em troca de sustento.

No século XVIII, era costume dos fazendeiros medirem poder e riqueza por meio da banda de música. Segundo Cajazeira (2004), as bandas nos grandes centros urbanos representavam uma contribuição dos senhores de engenho que, posteriormente, passam a cobrar pelas apresentações, transformando a banda em fonte de renda.³ No século XIX as bandas já se apresentavam nos coretos das cidades, arrebanhando um grande número de pessoas.

Tinhorão (1998, p. 182) justifica esse prestígio, alegando ser uma forma de divulgação da música instrumental e entretenimento para a população:

Na verdade, uma das poucas oportunidades que a maioria da população das principais cidades brasileiras tinha de ouvir qualquer espécie de música instrumental [...] era de fato a música domingueira dos coretos das praças ou jardins, proporcionada pelas bandas marciais.

Os grupos musicais parecem se justificar por sua função socializadora, imprimindo à cidade traços culturais importantes para a manutenção de determinadas festas e rituais.⁴

Em uma pesquisa de campo realizada em uma pequena cidade operária nos arredores de Lyon, na França, no final da década de 1970, Bozon (2000) destaca os grupos instrumentais atuantes na cidade: a Fanfarrã, a Harmonia e a Orquestra Sinfônica.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, CULTURA E DESPORTO

Com relação à Fanfarra, Bozon (2000) observa que o grupo não possui um ensino sistematizado de conteúdos musicais e que a aprendizagem se faz por meio de gravações. É composta principalmente de operários e artesãos, e o trabalho do grupo não é devidamente reconhecido por parte da população.

A imagem social da Fanfarra é má, segundo opinião pública (problema de alcoolismo), sua rejeição pelas instâncias legítimas da música, suas dificuldades de recrutamento abrem para ela uma crise de identidade e colocam em perigo sua existência. (Bozon, 2000, p. 156).

Opondo-se a esse grupo, a Harmonia é uma orquestra composta unicamente de sopros e de percussões. Diferentemente da Fanfarra, é composta por assalariados e operários em ascensão social, jovens com conhecimento musical de “alto nível”. Participar de um grupo como esse significa, portanto, se colocar em uma posição privilegiada, pois seus integrantes se projetam de forma a garantir seu sucesso pessoal e profissional.

A Orquestra Sinfônica, por sua vez, é formada por “ricos em capital econômico”. Não costuma participar dos desfiles de rua. É uma associação hierarquizada onde o desejo de ascensão social e de distinção intelectual pode ser percebido.

Quanto às associações musicais citadas, Bozon (2000, p. 153) adverte que para descrevê-las e compreendê-las “é preciso também mostrar qual o estilo de vida e de sociabilidade colocado em ação com a prática musical, indicar como cada associação situa-se em relação às outras e em relação à população”. Dessa forma, considerar os motivos que levam os integrantes de grupos musicais a se manterem envolvidos no trabalho e os mecanismos de incentivo e sustentação utilizados pelo poder local torna-se fundamental para a compreensão da dimensão pedagógica e social que estão presentes nas práticas desses grupos.



COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, CULTURA E DESPORTO

No contexto da pesquisa realizada em Campo Grande, o que se pode constatar é que a formação das bandas e fanfarras escolares passa por iniciativas do poder público local. As iniciativas se evidenciam e se concretizam em investimentos específicos na área, seja por meio de aquisição de instrumentos musicais, seja por meio de provimento de regentes – o que não torna dispensável uma movimentação interna na escola, envolvendo alunos e direção.

A vontade do diretor aparece como condição importante, ao menos no que se refere à viabilização de recursos para a efetivação de um grupo instrumental na escola. No entanto, os integrantes das bandas e fanfarras assumem o desejo de formar e manter o grupo, e constantemente enfrentam dificuldades para dar continuidade ao trabalho. Conforme relatos, os grupos estão sempre “correndo atrás”, tanto para viabilizar a compra de instrumentos quanto para se preparar tecnicamente para a função – seja ela de regente ou instrumentista.

As estratégias produzidas pelas bandas e fanfarras de escolas públicas são inúmeras: “Festa do Sorvete”, “Festa da Pamonha” e “Festa do ‘não sei o quê” foram algumas “saídas” encontradas por um regente quando precisava realizar alguma aquisição, seja comprar instrumentos ou viabilizar alguma participação em concurso.⁵

É importante inferir nesse contexto que, ao contrário das escolas públicas, as escolas particulares possuem uma estratégia diferente para manter suas bandas, pois, por serem reconhecida como possuidora de recursos financeiros, assumem teoricamente a responsabilidade de sustentar a banda em suas necessidades. Isso redundando em uma relação de dependência entre o grupo e a diretoria da escola, como pode ser constatado nas palavras do diretor de uma escola particular:

[...] nós damos todo o apoio possível para a banda. Olhando para o lado financeiro, a banda não tem nenhuma receita, pelo contrário, ela tem despesa, porque nós temos os



COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, CULTURA E DESPORTO

maestros que são contratados, nós temos gastos com instrumentos, as viagens dos músicos para as competições... Só que isso está dentro do orçamento do Colégio e a gente faz questão de mais que um gasto, um investimento nessa questão musical.

Apesar das formas diferentes de dizer e o dos diferentes enfoques nos relatos, as motivações parecem convergir para os mesmos pontos, como o vínculo afetivo, o amor à música e o prazer de projeção que o trabalho traz, justificando o interesse e a permanência dos alunos nesses grupos. Nesse sentido, Duarte (2002, p. 127) infere que “ao elaborar e comunicar suas representações, o sujeito recorre às suas próprias experiências cognitivas e afetivas, mas se serve de significados socialmente constituídos no âmbito dos grupos nos quais está inserido”.

Portanto, esses significados não podem ser compreendidos como algo essencialmente intencional, pois vão depender dos princípios que os impulsionam e de como os componentes do grupo incorporam os valores e comportamentos determinados pela sociedade. E é esse contexto social que deve ser considerado na análise do trabalho desenvolvido nas bandas e fanfarras, onde o aprendizado musical acontece concomitante a outros tipos de experiências.

O aprendizado musical e outros aprendizados

A banda de música é, para minha vida, um grupo de referência; uma experiência da qual até hoje retiro ensinamentos e lições de vida. Nela convive boa parte da minha adolescência e juventude. Passava, constantemente, mais tempo na sede da banda do que no convívio de minha casa. A banda era a outra família, uma segunda família. Ali aprendi a respeitar regras; a compartilhar problemas e soluções; a construir novas aspirações, opiniões, atitudes, ou seja, adquiri outra visão de mundo. (Lima, 2005, f. 12).

Esse relato sinaliza o quanto as experiências proporcionadas por uma banda de música podem influenciar a vida de seus integrantes. O aprendizado musical torna-se apenas um dos aprendizados possíveis. Vínculos são formados a partir da relação que os participantes estabelecem uns com os outros e com a música – vínculos baseados na amizade, no reconhecimento, na disciplina e no prazer proporcionado pela prática musical.



COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, CULTURA E DESPORTO

Segundo Pereira (2003), a banda de música no Brasil constituiu-se, em muitos casos, no único local da cidade em que os jovens formam um grupo de amigos onde se concretiza a convivência sociocultural mais efetiva, além das atividades musicais, geralmente, gratuitas. Nessa perspectiva,

há um movimento mundial de crescimento e de reavaliação e revalorização da importância da educação musical, da aprendizagem do instrumento musical e da prática instrumental coletiva, onde a banda de música é inserida como uma das principais práticas alternativas. [...] No Brasil, elas se tornaram, em muitos locais, o único espaço da cidade em que o ensino musical e instrumental é desenvolvido, a única possibilidade de acesso e conhecimento para a maioria da população à música instrumental; somando-se a isso, as apresentações e performances ao vivo, processo bastante raro nos dias de hoje. (Pereira, 2003, p. 68- 69).

É importante considerar não apenas os aspectos ligados à prática musical, mas aos conhecimentos resultantes das relações de socialização, inclusive aqueles produzidos na escola – lugar onde as relações sociais e as práticas musicais se configuram de forma particular.

Nos Estados Unidos, a música é inserida no currículo em forma de bandas, corais e orquestras. São realizados testes, de acordo com a disponibilidade dos instrumentos, e as aulas acontecem diariamente ou três vezes por semana, antes ou depois do horário escolar. Após o teste, o aluno passa por um preparo musical onde são trabalhadas algumas habilidades, como: qualidade sonora, afinação, precisão rítmica, equilíbrio sonoro, interpretação e adaptação ao condutor (Pereira, 2003).

De modo semelhante, o que se pode constatar nas bandas participantes desta pesquisa é que os testes, apesar de pouco precisos, são realizados considerando a disponibilidade de instrumentos e de uniformes. Os ensaios seguem, em média, três vezes por semana, depois do horário de aula. O bom comportamento e a disciplina compõem o objetivo principal do grupo, como relata Afonso:

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, CULTURA E DESPORTO

Eu sempre trabalhei com fanfarra nesse sentido: uma autodisciplina. Porque ela, querendo ou não, disciplina o cidadão. Hoje o professor não tem mais a ação enérgica dentro da sala de aula de impor uma certa disciplina, mas nós, instrutores e regentes de fanfarras conseguimos isso [...]. Sem querer, quando a pessoa percebe, ele pode ser revoltado do jeito que for, ele enquadra ali dentro. Hora que ele começa a participar do grupo... Muitas vezes ela é revoltada, por quê? Porque ela não teve oportunidade e a fanfarra dá essa oportunidade (Afonso).⁶

O fator da inclusão social é de suma importância se for considerada a falta de oportunidade que determinados alunos, especialmente de escolas públicas, possuem fora do ambiente escolar. Em sua maioria, os alunos vêm de uma família que não tem condições de comprar um instrumento ou de investir financeiramente em aulas de música.

A outra questão é a da convivência familiar. Tem muitos alunos que entram numa banda pra esquecer os problemas de família. Muitos alunos. A outra questão é psicológica, do fato da pessoa ser inibida, muito retraída, ela vive dentro da escola escondida. E a partir do momento que ele entra na banda, que a gente consegue trazer ele para a banda – que é uma dificuldade trazer esse aluno pra banda – ele muda completamente a forma de agir, a forma de estudar, a forma de ver a família dele, a forma de tentar resolver o problema da família dele. (Túlio).⁷

Apesar de ser notória a importância dada à disciplina e ao comportamento, é fundamental ressaltar que o trabalho desenvolvido pelos regentes contribui para o enriquecimento de experiências e conhecimentos musicais, mesmo que estes estejam diretamente ligados à prática instrumental e à execução de um repertório voltado para apresentações públicas. Nesse aspecto, não é raro o regente estabelecer suas próprias representações para favorecer a compreensão do que deva ser executado.

A pesquisa constatou que alguns regentes reconhecem que o ensino de música nesse meio não acontece de forma adequada, pois, para eles, a urgência de execução de um repertório no instrumento coloca o aprendizado da teoria musical em segundo plano. No caso específico de uma banda de Campo Grande, pode-se afirmar que foi desenvolvida pelo regente uma sistemática de notação que atende às necessidades das apresentações públicas, mas que, paulatinamente, vai fazendo com que o instrumentista desenvolva a leitura musical por meio da grafia convencional. O regente explica que é aplicada uma sistemática que, segundo ele, foi “herdada do meio”:

É o seguinte: desenvolvemos uma escala no meio fanfarral [...] Pra você entender, até o dó médio, a escrita musical é uma – letra de forma, grande. São pras notas graves.



NUCLEO SOCIAL

FLS. 19

RUB. 5

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, CULTURA E DESPORTO

Pode ver que está escrito de forma, aqui já está uma nota aguda, só que está escrito em letra de mão. [...] Mudando de oitava, a escrita já é diferente. [...] Só que eu, ao longo do tempo aqui, desenvolvi uma outra que eles memorizam mais rápido. Ensinava onde é a clave, só que como o tempo era curto, eu escrevia o dó na linha do dó, e colocava o tempo, de colcheia, se fosse o caso. Se fosse fazer uma escala, mi, mas tudo escrito daquela forma para eles entenderem. Sempre na linha pra eles memorizarem. Mas o que que aconteceu? Com o tempo fui substituindo por cabeça de nota, normal, então aquilo que ficou na memória, eles vão associando... (Daniel).

O ensino sistemático de música e o desenvolvimento de uma percepção musical mais abrangente parecem ser desviados em função da urgência da execução do repertório. De início, o aluno aprende pela repetição e pelo "ouvido", até que consiga compreender a partitura convencional das músicas que deverão ser executadas.

Ao comparar a sistemática de trabalho das bandas brasileiras com as americanas, Pereira (1999, f. 66, 2003) infere que

os nossos ensaios nem sempre são utilizados de forma pedagógica, limitando-se a repetição exaustiva de leitura/execução das músicas, sem nenhuma correção ou apresentação de objetivos, apenas para preparação de repertório. Muitas vezes, o aluno nem conhece com certa desenvoltura o nome e duração das notas, não consegue tirar o som de uma escala maior completa e já tenta tocar as músicas do repertório, utilizando o processo de "tirar de ouvido" e de imitação repetitiva. O planejamento evitaria a defasagem entre as condições do aluno e o nível de dificuldade do repertório.

Desse modo, por mais que o regente estabeleça uma dinâmica de ensaio, o aprendizado dos elementos da linguagem musical não constitui prioridade, considerando que as apresentações são constantes e os ensaios não são suficientes para privilegiar teoria e prática. Esse aspecto parece caracterizar as práticas instrumentais no que denominamos de forma escolar que, ao privilegiar as apresentações públicas, organiza o tempo e as atividades de maneira a preparar a performance do grupo para a execução de um repertório determinado.⁸

Os estudos de Swanwick (2003) atentam para o fato de que a escola produz uma subcultura musical, que, para ele, é mais evidente no trabalho com bandas nas escolas secundárias da América do Norte, principalmente se as atividades girarem em torno de apresentações públicas e desfiles, deixando de lado o aspecto musical. O autor enaltece os trabalhos que consistem "mais do que brilhar em viagens do ego e do gosto popular" e acredita que "não

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, CULTURA E ESPORTO

depende tanto do que é feito, mas de como é feito, da qualidade do compromisso musical” (Swanwick, 2003, p. 52, grifo do autor).

No que se refere à forma de aprendizagem dos elementos musicais, Fabrício, regente da banda de uma escola particular, admite que se for ministrado um ensino de teoria mais avançado, “o aluno espirra”. Conta a experiência da escolinha de música da escola que começou com 65 alunos e depois de alguns meses a turma contava com apenas 20 integrantes.

Se, por um lado, muitos alunos desistem, por outro, muitos se envolvem e se comprometem com os estudos – como é o caso de alguns integrantes de uma banda de escola pública. Cezar assegura que estuda seu instrumento todos os dias e Francisco garante que estuda no mínimo quatro horas por dia: “meus conhecimentos se aprimoram cada dia e hora de estudos”.

Ao comparar seu conhecimento musical antes e depois que entrou na banda, Thiago descreve:

Na parte musical, principalmente na percussão que envolve bateria, bumbo, pratos, caixas, etc., eu entendo muito mais em ritmos, tempo da música, compasso. Mas agora em instrumento de sopro, eu ainda não me interessou muito, por isso não compreendo claramente. Mas se eu me interessar aprendo rápido, pois com o tempo em que estou na banda eu evolui bastante na aprendizagem musical.

Apesar de haver uma diferença no que se refere à forma de transmissão e às formas de apreensão dos conteúdos musicais na escola, o aprendizado se efetiva, enriquecendo a vivência musical dos alunos e proporcionando novas perspectivas no que se refere à relação dos jovens com a música e ao seu futuro profissional.⁹

Nesse aspecto, pode-se perceber que os objetivos individuais vão além do “aqui e agora”. Conforme dados obtidos, as atividades realizadas por esses grupos acabam gerando expectativas no que se refere ao futuro profissional:

[...] meu sonho é ser músico militar e a banda vai me ajudar muito. (Cezar).



COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, CULTURA E DESPORTO

[...] eu gosto do que faço e quero seguir carreira, ser um bom maestro [...].
(Henrique).

É um sonho que se realizou, amo a música. O meu maior sonho é ser um cantor, e com a banda já é um bom começo de uma grande carreira. (Jean).

Considerando o que foi apresentado, constata-se que as atividades desenvolvidas pelas bandas e fanfarras escolares contribuem tanto para aquisição de valores e incorporação de comportamentos quanto para a ampliação de experiências musicais. Os alunos atentam, inclusive, para a obtenção de melhores notas, a partir do momento em que entram para o grupo. Diante da pergunta “o que mudou na sua vida depois que você entrou na banda?” Renata e Jaime não hesitam em afirmar:

Eu comecei a me interessar mais na escola porque se reprovar ou tirar nota baixa sai da banda, e eu não quero isso [...]. (Renata).

[...] eu era um aluno muito bagunceiro e só tirava notas baixas e depois que entrei na banda eu mudei o comportamento e tirei notas boas. (Jaime).

Ao participar dos agrupamentos escolares, algumas necessidades individuais parecem ser supridas, como a de ser aceito e percebido pelos integrantes do grupo. Nessa “satisfação”, cria-se e reforça-se a própria identidade: “necessitamos ser vistos, observados, estar e sentir-nos presentes frente aos demais, ser reconhecidos em múltiplas maneiras e não ser indiferentes diante do olhar do outro” (Gimeno Sacristán, 2002, p. 118).

Ao ser interrogado sobre o que significa participar de uma banda na escola, Bruna afirmou: “pra mim, participar de uma banda é ter oportunidade de se expressar através da música, e poder desfilarmos e ver as pessoas aplaudindo quando você passa”. De modo semelhante, Marcos ressalta, dentre as coisas que mais gosta na banda, as apresentações públicas: “porque vemos que os esforços dos ensaios foram válidos para ganhar um bom aplauso”.

Participar de um grupo musical significa estar colocado, de certa forma, em uma posição de destaque – o que traz para o participante, um reconhecimento. Para Gimeno Sacristán (2002, p. 119),



NUCLEO SOCIAL

FLS. 02

RUB. 8

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, CULTURA E DESPORTO

ser reconhecido como alguém que é importante para o outros é um vínculo essencial para a integração no espaço social, além de ser uma necessidade básica do sujeito. Trata-se de um laço social cuja transcendência podemos ver em diferentes níveis: desde a carência que supõe a falta de aceitação da pessoa nas relações face a face até a carência que pode ser produzida nos vários âmbitos de atividade social em que, potencialmente, a participação do indivíduo pode ser motivo para a sua realização.

Maria e Alan concordam que tocar na banda da escola representa fazer parte de um grupo que se destaca e que é respeitado, significa: “ser uma pessoa exemplar, educada e ser muito respeitada por todos” (Maria) e “ser o destaque, o exemplo para a escola” (Alan).

Ser reconhecido e respeitado não é apenas um fator que supre as necessidades psicológicas dos alunos, mas, acima de tudo, faz com que sin tam incluídos socialmente. Para alguns, “fazer parte”, “se fazer integrado” em um determinado grupo na escola significa ter suas expectativas sociais correspondidas, adquirir experiências até então não vivenciadas em outros espaços sociais.

Conciliada ao desejo de realização pessoal do aluno, está a preocupação, por parte da administração da escola, com a imagem institucional. 10 Segundo depoimento de um diretor, a banda leva o nome da instituição para os eventos que participa:

Volta e meia nós recebemos ofícios por parte do estado, por parte da prefeitura, por parte de alguns órgãos, convidando a banda para suas apresentações. [...] Então, quer queira, quer não, ela está levando o nome do colégio pra essas instâncias também.

Para a diretora de uma escola pública, “quanto mais a escola oferece para o aluno, mais bem vista ela é pela sociedade”. Por oferecer um trabalho com música, por exemplo, a escola ganha preferência entre os pais.

Segundo ela, o que nos motiva, geralmente, é trazer o aluno pra dentro da escola. É uma escola de periferia, é uma região que oferece algumas atividades ilícitas para o aluno, então a gente tenta resgatá-lo. Então a gente traz ele pra escola, pra ele se manter mais ativo aqui. Não só através de bandas, como também de esportes. Mas a fanfarra nos ajuda muito, porque um dos itens que o aluno tem que ter para participar é o comportamento e a disciplina dele.



COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, CULTURA E DESPORTO

Considerações finais O que se percebe é que estratégias são pensadas e concretizadas em ações que, de alguma forma, garantem a continuidade do trabalho das bandas e fanfarras escolares. A aquisição de instrumentos musicais, por exemplo, é realizada com base no que o grupo considera necessário e viável, conforme suas possibilidades.

Sobre a educação musical desenvolvida pelas bandas e fanfarras, constata-se que o conhecimento dos elementos musicais, a criatividade e a percepção auditiva não são devidamente explorados. Apesar de a execução instrumental constituir atividade principal, a urgência no domínio de um repertório específico redundando em uma falta de sistematização de ensino musical, ocasionando em um envolvimento quase exclusivo com as apresentações públicas. Parece mesmo que os objetivos e as funções das corporações se direcionam, predominantemente, na execução instrumental, fazendo com que os ensaios girem em torno da preparação do repertório – o que acarreta em grandes lacunas no que se refere a uma educação musical mais ampla e a um aprendizado instrumental mais adequado.

Nessa direção, julgo pertinente e necessário o aprofundamento em questões relacionadas ao trabalho musical desenvolvido pelas corporações musicais na escola, considerando as contribuições que estas têm trazido aos seus participantes e atentando para a necessidade de ações ligadas à formação musical do regente e dos demais integrantes.

O objetivo é incentivar o Protagonismo Juvenil, Programa de Bandas e Fanfarras no contraturno da rede de ensino estadual em Mato Grosso, para valorizar o adolescente mostrando o que ele é capaz de fazer dentro da escola e da comunidade com atividades culturais envolvendo as áreas de teatro e música.

Além de manter os estudantes envolvidos em atividades extras, a ação reduz a vulnerabilidade social. Para isso, o governo deverá disponibilizar as condições para a concretização do programa, inclusive, promovendo a distribuição de instrumentos



NUCLEO SOCIAL

FLS. 04

RUB. 0

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, CULTURA E DESPORTO

musicais e uniforme para cada unidade escolar; bem como oferecer a manutenção do material quando necessário e a contratação de instrutores.

O desafio atual da educação é que as Instituições tenham como finalidade o desenvolvimento integral do aluno em seus aspectos físico, psicológico, cognitivo, emocional, estético e social, complementando a ação familiar e da comunidade, visando a cooperação e a autonomia. O Projeto contribui para a noção de espaço e tempo, trabalhando ritmo, coordenação e expressão nas aulas de teoria musical, artes visuais e expressão corporal. A música é uma linguagem que se traduz em formas sonoras capazes de expressar e comunicar sensações, sentimentos e pensamentos. É uma das formas importantes de expressão humana, o que por si só justifica sua presença no contexto da educação.

O Campeonato Nacional tem o objetivo de estimular a criação de bandas e fanfarras, promover o intercâmbio entre os integrantes, mediante competições, incentivar as corporações musicais, o aprimoramento de métodos e técnicas artísticas, bem como contribuir para o desenvolvimento do espírito de corporação, autodisciplina e civismo, necessários à formação integral do cidadão.

Desta feita, analisados os aspectos formais e as razões elencadas aqui e na justificativa do **Projeto de Lei (PL) nº 2/2021**, de autoria do Deputado EDUARDO BOTELHO, entendemos que satisfaz os requisitos necessários, assim, qualificam seu mérito.

Dessa forma, somos favoráveis pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei (PL) nº 2/2021, de autoria do Deputado EDUARDO BOTELHO, que “Institui a criação do Programa de Bandas e Fanfarras no contraturno da rede de ensino estadual em Mato Grosso e dá outras providências”, lido na 89ª Sessão Ordinária (05/01/2021).

É o parecer.



NUCLEO SOCIAL

FLS. 33RUB. 02

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, CULTURA E DESPORTO

III – VOTO DO RELATOR:

PROPOSIÇÃO Nº	PARECER Nº	O.S. Nº
PL 2/2021	0001/2021	0001/2021
Referente ao Projeto de Lei (PL) nº 2/2021 , que “Institui a criação do Programa de Bandas e Fanfarras no contraturno da rede de ensino estadual em Mato Grosso e dá outras providências”.		

Pelas razões expostas, quanto ao **mérito**, somos favoráveis pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei (PL) nº 2/2021, de autoria do Deputado EDUARDO BOTELHO, lido na 89ª Sessão Ordinária (05/01/2021).

VOTO RELATOR: FAVORÁVEL À APROVAÇÃO.
 PREJUDICIDADE/REJEIÇÃO.
 _____.

Sala das Comissões, em 30 de MARÇO de 2021.

ASSINATURA DO RELATOR: _____



ALMT
Assembleia Legislativa

NUCLEO SOCIAL

FLS 26

RUB 8

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, CULTURA E DESPORTO

IV - FOLHA DE VOTAÇÃO - SISTEMA DE DELIBERAÇÃO REMOTA:

REUNIÃO:	1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
DATA/HORÁRIO:	30/03/2021 - 17H00
PROPOSIÇÃO:	PL Nº <u>02/2021</u>
AUTOR:	Deputado <u>Eduardo Botelho</u>

SISTEMA ELETRÔNICO DE DELIBERAÇÃO REMOTA (VIDEOCONFERÊNCIA)

MEMBROS TITULARES	ASSINATURAS	VOTAÇÃO	RELATOR	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	AUSENTE
WILSON SANTOS Presidente		<input checked="" type="checkbox"/> PRESENCIAL <input type="checkbox"/> REMOTO	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
THIAGO DA SILVA Vice-Presidente	_____	<input type="checkbox"/> PRESENCIAL <input type="checkbox"/> REMOTO	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
FAISSAL	_____	<input type="checkbox"/> PRESENCIAL <input checked="" type="checkbox"/> REMOTO	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
DR. JOÃO	_____	<input type="checkbox"/> PRESENCIAL <input type="checkbox"/> REMOTO	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
VALDIR BARRANCO	_____	<input type="checkbox"/> PRESENCIAL <input type="checkbox"/> REMOTO	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
MEMBROS SUPLENTE	ASSINATURAS	VOTO	RELATOR	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	AUSENTE
ELIZEU NASCIMENTO	_____	<input type="checkbox"/> PRESENCIAL <input type="checkbox"/> REMOTO	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
EDUARDO BOTELHO	_____	<input type="checkbox"/> PRESENCIAL <input type="checkbox"/> REMOTO	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
DR. GIMENEZ	_____	<input type="checkbox"/> PRESENCIAL <input checked="" type="checkbox"/> REMOTO	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
PAULO ARAÚJO	_____	<input type="checkbox"/> PRESENCIAL <input type="checkbox"/> REMOTO	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
ALLAN KARDEC	_____	<input type="checkbox"/> PRESENCIAL <input type="checkbox"/> REMOTO	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

RESULTADO FINAL: APROVADO REJEITADO

OBSERVAÇÃO:

Aprovado e 03 votos

Certifico que o(s) Deputado(s) acima descrito(s), votou através do Sistema Eletrônico de Deliberação Remota (videoconferência).

Foi designado o Deputado Wilson Santos
Para relatar a presente matéria.

DEPUTADO WILSON SANTOS
Presidente da Comissão

DANIELE TONDO FAVRETO
Secretária da Comissão CECTCD

ENCAMINHA-SE À SPMD:

Francisco Xavier da Cunha Filho
FRANCISCO XAVIER DA CUNHA FILHO
Consultor de Comissão Permanente | Núcleo Social

